



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

ISSN 2359-1277

O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA INFÂNCIA NO CAPITALISMO

Andressa Maria Pulis Saracho,
andressasaracho@hotmail.com;
Keila Pinna Valensuela (Orientadora),
keilapinna@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR *Campus* Paranavaí.

Eixo Temático: Política Social e Trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em realizar um breve estudo sobre o processo histórico referente ao surgimento das instituições de ensino da educação infantil, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem descritiva, construída a partir de materiais bibliográficos. Não é possível falar de educação infantil sem perpassar pelo processo histórico que as instituições de ensino vêm passando ao longo dos tempos, na educação desde o século XIX. Por conta da miséria e pobreza instaurada na vida da população de trabalhadores em geral, no Brasil, devido à escassez de renda as famílias se viam sem outra opção a não ser abandonar seus filhos nas conhecidas roda dos expostos, instituição religiosa de caridade, acreditando que por ter cunho religioso, instituições como essa pudessem amenizar o sofrimento dessas crianças que se encontravam desnutridas por falta de alimentação adequada, e até mesmo na intenção de garantir a sobrevivência da sua própria família. As creches surgem como resultado de lutas de grupos organizados para por fim no trabalho infantil, também na necessidade do capital amenizar os conflitos da classe trabalhadora de mães que foram recrutadas ao mercado industrial e seus filhos também eram colocados como mão de obra barata nas indústrias com o objetivo de aumentar a renda familiar e até mesmo por acreditarem que era melhor que estivessem trabalhando do que ficassem nas ruas correndo riscos, expostos as marginalidades e delinquências.

Palavras-chaves: Infância, Educação, Capital.

INTRODUÇÃO

O tema nos instigou desde que por uma necessidade pessoal, foi procurado vaga para o filho de uma das autoras em CMEIs em Paranavaí, incluindo o nome da criança em oito instituições do município. Neste período, podemos observar as dificuldades que mães trabalhadoras enfrentam ao buscar vagas para seus filhos



nos Centros de Educação Infantil (CMEI). A infância e a educação infantil são temas que nos inquietam por conta das suas fragilidades, pela sua escassez de voz ativa numa sociedade extremamente individualista, capitalista e consumista. Portanto, o texto abaixo busca fazer uma reflexão sobre o processo histórico nesta área, resgatando o surgimento das instituições voltadas a atenção à infância. Estudos comprovam que a educação infantil é de direito da criança, constituindo-se em uma opção aos pais em colocá-los nessas instituições, por isso é dever do Estado criar condições para estes pais em poder fazer a opção. Sendo assim, visualizamos que cada vez mais a procura por vagas em instituições infantil tem se intensificado e o Poder Público não tem conseguido atender a demanda.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente resumo trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem descritiva, para a construção da mesma foi realizada pesquisa bibliográfica com utilização de livros sobre o objeto em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Khulmann (2010) as creches e pré-escolas passam por um processo histórico desde a década de 1.960, na Europa e América do Norte a partir de 1.970, no Brasil esse processo vem acompanhado da ampliação de pesquisas sobre o tema.

Khulmann (2010) ainda ressalta que a criação das creches surge na necessidade de dar segurança as crianças quando suas mães estavam trabalhando, serviço que era ofertado também às crianças de classe média intelectualizada. A educação infantil está relacionada às questões de urbanização, do trabalho e das relações de produção e contexto familiar em conflito. A educação nesse contexto tinha o objetivo de normalizar as classes trabalhadoras por meio da educação moral, o fornecimento de conhecimentos básicos necessários como de higienização como também voltado à saúde.



A educação popular tinha o caráter assistencialista e seu intuito era de apaziguar conflitos sociais. O autor ressalta que a educação assistencialista tinha o caráter de isolamento das crianças de possíveis contaminações e tirando elas da rua e as privando de possíveis riscos de criminalidade e delinquências.

A educação assistencialista, de acordo com Khulmann (2010), não enfatizava a oferta de conhecimento intelectual, mas, o de conscientizar as crianças de sua condição real, com isso a educação estava voltada a moral e qualificação profissional.

Relata Possati (2013) que no século XX, momento marcado pelo desenvolvimento industrial, as mulheres e crianças eram recrutadas a trabalharem nas indústrias em carga horária excedente, em condições de trabalho insalubres, por ser considerada mão de obra barata e até mesmo escrava no caso das crianças, também era considerado de fácil controle a serem governados facilmente.

Ainda Possati (2013) se refere a infância no século XX é perpassada por várias tensões de movimentos que lutavam na intenção de abolir o trabalho infantil. E, por outro lado, também havia grupos que defendiam o trabalho na infância alegando que o trabalho diminuía a delinquência juvenil e os tiravam da situação de rua.

O mesmo autor diz com a promulgação da constituição que proibia o trabalho infantil, menores de 14 anos com a permissão judicial podia ser inserido ao mercado de trabalho. Ressalta-se que no governo de Getúlio Vargas ele traz para o Estado a responsabilidade da situação de abandono e delinquência de menores, utilizando a internação como a melhor medida a ser tomada uma vez que a criança abandonada era vista como perigosa. Contudo, a intenção do Estado era de reintegrá-la ao mercado de trabalho.

Possati (2013) Diz que os investimentos na educação tinham o caráter disciplinador sob controle total do Estado, as políticas para menores neste cenário tinham muito pouco a oferecer, haviam instituições de internação e a tentativa era de reeducá-los para assim minimizar conflitos e manter o controle social.



Possati (2013) ainda ressalta que investimentos em políticas de educação para crianças pobres surgiam tardiamente e o acesso dessas crianças a tais políticas passaram a ser garantido pela Lei nº 1.070, de 16 de agosto de 1.907.

Para o autor, esse processo se dava gradativamente, crianças frequentavam ginásios se fossem inteligentes e laboriosos e ainda se sobressaíssem sobre as demais.

Segundo Possetti (2013), a Proclamação da República Brasileira por meio do regime democrático buscava-se naquele momento um modelo de sistema às vistas de garantia de direitos aos cidadãos.

De acordo com o mesmo autor, foi no governo de Vargas, após o fim da ditadura militar e inspirado nos modelos de democracia dos aliados que venceram a Segunda Guerra Mundial que se elaborou uma nova constituição garantindo o acesso à educação. Assim, passou a se configurar, pelo menos legalmente, uma política de direito de todos independente da condição sócio econômica.

Para Possati (2013), a educação como responsabilidade do Estado passa por processo gradativo. O Estado aperfeiçoa o controle sobre a educação tanto na escola quanto na família na tentativa de superar e compensar os “fracassos” familiares, por meio de escolas e internatos especiais. Contudo a educação brasileira toma forma de política social de acordo com interesses do sistema capitalista, no intuito de possibilitar certa harmonia para minimizar os desajustes sociais por meio da promoção da educação. Para o autor, esse processo se dava por meio de repressões, controle e interesses pessoais da classe dominante.

De acordo com Conte (2009, p. 29), “se a educação infantil é um direito de toda criança é de dever do Estado assegurar a oferta de vagas para que os pais possam fazer ou não a opção de colocá-los na educação infantil uma vez que não são de exigência obrigatória”.

CONCLUSÕES



De acordo com o estudo realizado é possível compreender a trajetória da infância e a consolidação do direito à educação, através dos anseios e lutas de mães e interessados no bem estar de seus filhos.

Podemos observar também os avanços e as dificuldades que a educação infantil vem passando, portanto, é necessário um maior interesse dos governantes em ampliar o acesso a essa política.

A procura por vagas em instituições infantis tem sido cada vez mais intensa, porém a falta de vagas tem feito mães ficarem por anos na fila de espera.

REFERÊNCIAS

CONTE, Sueli. **Bastidores de uma escola**: entendida por que a integração entre a escola e a família é imprescindível no processo educacional. São Paulo: Gente, 2009.

KUHLMANN, Junior Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 5 ed. atual. org. Porto Alegre: Mediação, 2010.

POSSATTI, Edson. **História das crianças no Brasil** / 7.ed.,1 reimp. São Paulo: Contexto, 2013.